



PROCESSO

0019244-64.2016.4.03.6100

Autos com (Conclusão) ao Juiz em 24/11/2016 p/ Sentença

S/LIMINAR

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Tipo : A - Com mérito/Fundamentação individualizada /não repetitiva Livro : 2 Reg.: 261/2017 Folha(s) : 277

Vistos em sentença. Trata-se de mandado de segurança, com pedido liminar, impetrado por CAIXA ECONÔMICA FEDERAL contra ato do Sr. SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, objetivando provimento jurisdicional no sentido de determinar que a autoridade coatora se abstenha de reter pagamentos por serviços prestados através da Agência 25 de Janeiro, bem como que reconheça que a existência de pendências da impetrante no CADIN municipal não constitui óbice à renovação de convênio firmado entre a CEF e a PMSP. A parte impetrante narra que a Agência 25 de Janeiro firmou contrato administrativo de prestação de serviços de arrecadação de tributos e demais receitas públicas do município de São Paulo com a Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico em dezembro de 2013, e nos termos avençados receberia, em contraprestação, remuneração por meio de tarifa para cada serviço individualmente realizado. Relata que desde maio de 2014 a autoridade impetrada não remunera a agência, a despeito da regularidade da prestação do serviço, sob o fundamento de que existem pendências no CADIN no seu nome. Sustenta que a existência de dívidas inscritas no CADIN de outros estabelecimentos da CEF - matriz e filiais - não interfere na situação de regularidade fiscal da Agência 25 de Janeiro, tampouco justifica a retenção indevida dos pagamentos que vem sendo realizada pela Prefeitura do Município de São Paulo. Requer, em sede liminar, a imediata suspensão da



retenção dos pagamentos dos serviços prestados pela Agência 25 de Janeiro, devendo a PMSP realizar todo o pagamento retido, bem como não seja obstada a renovação do convênio firmado entre as partes, independentemente da prestação de caução. A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 13/63. Às fls. 67/67 verso foi determinada a emenda da inicial pelo impetrante para a retificação do valor atribuído à causa e recolhimento das custas remanescentes, o que foi cumprido às fls. 69/70. A liminar foi deferida em parte para determinar ao impetrado que suspendesse a retenção do pagamento referente aos serviços de recebimento de receitas prestados pela Agência 25 de Janeiro, em função da existência de apontamentos existentes CADIN Municipal relativos à outros estabelecimentos da Caixa Econômica Federal, bem como que tais apontamentos de irregularidades junto ao CADIN não fossem utilizados como óbice para a renovação de convênios e contratos firmados com a municipalidade (fls. 72/73 verso). Notificada, a autoridade coatora apresentou suas informações às fls. 80/82 verso. Preliminarmente, argui a perda de objeto da demanda tendo em vista o cumprimento da decisão liminar liberando o pagamento de R\$6.669.031,63 ao impetrante. No mérito, sustenta a legalidade do ato combatido e pugna pela denegação da segurança. As informações vieram acompanhadas dos documentos de fls. 83/94. O Ministério Público Federal apresentou manifestação pela confirmação da liminar e concessão parcial da segurança (fls. 96/99). Os autos vieram conclusos para sentença. É o relatório do necessário. Decido. Tendo em vista que foi suscitada questão preliminar pela autoridade impetrada, analiso inicialmente os argumentos que obstem a análise de mérito da demanda. Preliminar A impetrada sustenta que houve perda superveniente do interesse de agir por parte da Caixa Econômica Federal com o cumprimento da decisão liminar e liberação do pagamento referente aos serviços de recebimento de receitas prestados pela Agência 25 de Janeiro. Entretanto, tendo em vista que o valor somente foi liberado após a prolação de determinação judicial, bem como que o pedido final compreende a declaração de regularidade fiscal da Agência 25 de Janeiro, bem como que não seja obstada a renovação do convênio exclusivamente por esse motivo, não se exauriu o objeto da demanda. Afasto, assim, a preliminar de ausência de interesse superveniente de agir, passando à análise do mérito da demanda. Mérito Analisando os autos, verifico que a causa do pedir está assentada na ilegalidade da retenção dos pagamentos referentes ao contrato de prestação de serviços de arrecadação de tributos e demais receitas públicas do Município de São Paulo com fundamento na existência pendências da CEF no CADIN municipal. Para tanto, assevera o impetrante que a Agência 25 de Janeiro, contratada para a prestação dos serviços supra, não possui quaisquer dívidas inscritas no CADIN, não podendo ser avaliada a sua regularidade fiscal com base na ausência de inscrição de todos os estabelecimentos - matriz e filiais - da Caixa Econômica Federal. Em outros termos, o impetrante pretende o reconhecimento de que a existência de pendências pecuniárias de outras filiais da CEF inscritas no CADIN do Município de São Paulo não obsta a regularidade fiscal da agência prestadora do serviço contratado, e, conseqüentemente, não impede o pagamento das tarifas nos termos do artigo 3º, II, da Lei do Município de São Paulo nº 14.094/05. A este respeito, o referido dispositivo legal, inserido na Lei que criou o Cadastro Informativo Municipal - CADIN Municipal, prevê as seguintes restrições de atos aos órgãos e entidades da Administração Municipal com relação às pessoas físicas e jurídicas: "Art. 3º A existência de registro no Cadin Municipal impede os órgãos e entidades da Administração Municipal de realizarem os seguintes atos, com relação às pessoas físicas e jurídicas a que se refere: (...) II - repasses de valores de convênios ou pagamentos referentes a contratos;" Neste sentido, a parte impetrante alega que a norma deve ser interpretada restritivamente, ou in dubio pro contribuinte, para que somente seja considerada a existência ou não de registro no CADIN Municipal da agência contratante para efeitos de repasse de pagamento dos serviços contratados. A respeito do tema, o posicionamento reiterado do E. Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a filial não

possui personalidade jurídica própria, fazendo parte do acervo patrimonial de uma única pessoa jurídica, no caso a empresa matriz (cf. AgRg no REsp nº 1.490.814/SC, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, publicado em 05.08.2015). Este entendimento inclusive já foi aplicado pelo E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, conforme se lê abaixo: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DO ART. 557, PARÁGRAFO 1º, DO CPC. INSCRIÇÃO DA MATRIZ NO CADIN. OBRIGAÇÃO DE FILIAL. UNIDADE PATRIMONIAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO LEGAL IMPROVIDO. I. A teor do artigo 557, caput, do CPC, o relator, procedendo ao cotejo da decisão recorrida com Súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal respectivo ou de Tribunal Superior, negará seguimento ao recurso manifestamente improcedente, inadmissível ou prejudicado. II. O agravo do art. 557, 1º, do CPC deve se ater à incompatibilidade da jurisprudência dominante para a hipótese e não a discussão do mérito. Precedentes do C. STJ e da Quarta Turma desta Eg. Corte. III. A parte recorrente não logrou demonstrar a inexistência da invocada jurisprudência dominante ou o desacerto do decisum. IV. Na linha da jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça, produzida sob a sistemática do art. 543-C, do CPC, a obrigação de que cada estabelecimento se inscreva com número próprio não afasta a unidade patrimonial da empresa, pelo que é cabível a realização da penhora sobre o patrimônio vinculado à filial. Desse modo, a Municipalidade pode promover a inscrição no CADIN da Matriz em razão de dívidas assumidas por suas filiais. V. No que se refere à insurgência quanto à decisão proferida singularmente com fulcro no art. 557, do CPC, não merece prosperar as alegações vez que consonante com a jurisprudência do STJ. Ademais, se vício houvesse, seria de pronto saneado com a submissão do recurso ao colegiado. VI. Agravo legal desprovido." (AMS 00132076020124036100, 4ª Turma, Relatora Desembargadora Federal Alda Basto, e-DJF3 11.03.2015). Entretanto, entendo que a retenção dos valores que deveriam ser pagos como remuneração de um serviço prestado por pessoa jurídica registrada no CADIN afigura-se ilegal, pois representa meio coercitivo indireto de cobrança de tributos e gera enriquecimento ilícito por parte da Administração. A Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) prevê, em seu artigo 55, XIII, que todo contrato por ela regido deverá conter cláusula estabelecendo "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação". É nesse sentido que a autoridade impetrada afirma, nas suas informações, a legalidade da retenção dos pagamentos efetuados à Caixa Econômica Federal, uma vez que uma das condições de habilitação, qual seja a regularidade fiscal, não está mais presente. Contudo, dentre os dispositivos legais que tratam a respeito das sanções por descumprimento de cláusula contratual não há qualquer disposição que autorize a retenção dos pagamentos pelo ente público. Isso porque, na inteligência das Cortes Superiores, o Estado não pode utilizar meios coercivos indiretos para a cobrança de tributos, uma vez que o ente público dispõe da estrutura necessária à recuperação destes valores por meios razoáveis e menos onerosos ao contribuinte, seja pela via administrativa ou judicial. Nesse sentido, transcrevo trecho de acórdão proferido pelo E. STJ: "O fato irrecusável, nesta matéria, como já evidenciado pela própria jurisprudência desta Suprema Corte, é que o Estado não pode valer-se de meios indiretos de coerção, convertendo-os em instrumentos de acerto da relação tributária, para, em função deles - e mediante interdição ou grave restrição ao exercício da atividade empresarial, econômica ou profissional - constranger o contribuinte a adimplir obrigações fiscais eventualmente em atraso." (STJ, MS 12320/DF, Primeira Seção, Relatora Ministra Eliana Calmon, publicado em 19.03.2007). Além disso, dos documentos anexados aos autos extrai-se que o serviço contratado vem sendo devidamente prestado pela parte impetrante sem interrupção, motivo pelo qual a ausência de pagamento da tarifa acordada no contrato firmado com o impetrado não apenas se mostra desproporcional frente à atividade realizada, mas também configura locupletamento ilícito da Municipalidade. Dessa maneira,



merece deferimento em parte o pedido formulado pelo impetrante quanto ao fato de que a inscrição no CADIN não pode ser motivo para a suspensão da retenção dos pagamentos por parte do Município de São Paulo. Todavia, não pode o Poder Judiciário, em sede de mandado de segurança, determinar qual o valor deve ser liberado, posto que tal procedimento sujeitar-se-ia ao contraditório da matéria fática. Além disso, reitero que os apontamentos junto ao CADIN, exclusivamente, não podem impedir o impetrado de renovar o convênio firmado entre as partes. Isso porque, a despeito da Lei nº 8.666/93 exigir, para a habilitação dos licitantes, a sua regularidade fiscal, o CADIN Municipal não aponta somente débitos fiscais, mas qualquer débito em relação à PMSP, seja de qualquer natureza, inscrito na Dívida Ativa ou não. Por outro lado, analisando os documentos apresentados às fls. 83/94 verifico que diversas filiais da Caixa Econômica Federal possuem pendências fiscais perante o Município de São Paulo, de modo que a sua irregularidade fiscal é patente. Nesse sentido, reitero que a Lei de Licitações exige a regularidade fiscal da empresa que participa de licitação para prestação de serviços à Administração Direta, e constitui fundamento legal para a Lei Municipal nº 14.094/2005. Dessa maneira, e levando em consideração toda a fundamentação expendida, em especial o princípio da unidade patrimonial da empresa, entendo que apenas os apontamentos junto ao CADIN Municipal referentes a débitos tributários poderão constituir óbice à renovação de convênios e contratos firmados com a municipalidade. Ressalto desde já, entretanto, que os pagamentos pelos serviços prestados em decorrência de contratos vigentes deverão ser mantidos normalmente até o término do prazo contratual. Ante todo o exposto, confirmo em parte a liminar concedida e **CONCEDO EM PARTE A SEGURANÇA PLEITEADA apenas para determinar ao impetrado que mantenha suspensa a retenção do pagamento referente aos serviços de recebimento de receitas prestados pela Agência 25 de Janeiro, em função da existência de apontamentos existentes CADIN Municipal relativos à outros estabelecimentos da Caixa Econômica Federal.** Determino ainda que os apontamentos de irregularidades junto ao CADIN não sejam utilizados como óbice para a renovação de convênios e contratos firmados com a municipalidade, desde que não possuam natureza de débito tributário. Sem condenação em honorários advocatícios. Custas na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Disponibilização D.Eletrônico de sentença em 01/06/2017 ,pag 1/2

3. Os pagamentos em questão deverão ser direcionados à Agência 25 de Janeiro/SP da CAIXA, responsável pelo controle, acompanhamento e prestação dos serviços a essa Empresa, e poderá ser efetuado por meio de TED – Transferência Eletrônica Disponível utilizando os dados abaixo para preenchimento:


- CNPJ 00.360.305/2873-06
- Banco 104 – Caixa Econômica Federal,
- Agência 25 de Janeiro = 2873
- Sistema de Transferência de Recursos - STR 0006 ou PAG0105
- Descrever no histórico valor bruto cobrado, valor referente a cada tributo retido e valor líquido
- Evento 00636-0



- Código Identificador de Transferência - CIT 1047141 - correspondente a tarifas de prestação de serviços técnicos de Engenharia e fiscalização da aplicação dos recursos – GIGOV/SP.

2. Solicitamos enviar, para acompanhamento, cópia do comprovante de crédito a esta Superintendência Regional, pelo email sr2574sp02@caixa.gov.br e para a Gerência Interna de Governos, pelo email gigovsp12@caixa.gov.br.

Atenciosamente



Fernando Augusto Marques Cera
Gerente Regional
Superintendência Regional Sé/SP